

As ciências sociais buscam, desde o golpe de 2016, compreender a dinâmica partidária e a movimentação das forças sociais que resultaram em uma das mais virulentas eleições presidenciais da história: a que resultou na vitória de Jair Bolsonaro. O grau de imprevisibilidade política só cresceu após o afastamento de Dilma Rousseff, num processo jurídico-parlamentar completamente viciado e que apenas fez surgir um discurso “anti-sistema” conservador. E que levou todos os partidos tradicionais a agonizar, dando espaço a figuras sem histórico político, mas afinados com a verborragia do ódio à esquerda.

Sugerimos neste pequeno ensaio uma breve reflexão sobre a natureza política do governo Jair Bolsonaro à luz de um processo histórico mais amplo que a conjuntura imediata, no qual é preciso levar em consideração: a) as mudanças na ordem geopolítica mundial no início do século, com a crise de hegemonia dos EUA e a possibilidade de um mundo multipolar; b) os avanços e os limites dos governos do PT, cujas importantes políticas sociais não foram acompanhadas de mudanças estruturais nos alicerces econômicos. Um esforço de compreensão desses determinantes ao atual estado de coisas pode conduzir à identificação das possibilidades políticas para as forças progressistas no próximo período.

1. O pano de fundo: mudanças geopolíticas

No final do século passado, havia certo consenso entre os analistas acerca do significado do fim da União Soviética: era a vitória dos Estados Unidos, como promotor e, aparentemente, maior beneficiário da globalização econômica, encerrando a Guerra Fria e a primeira tentativa real de construir uma alternativa ao capitalismo (Hobsbawm, 1995). A nação estadunidense conseguiu superar sua crise fiscal dos anos 1960-1970 quando resolveu sair de forma unilateral do padrão ouro-dólar em 1971 e elevou as taxas de juros em 1979, atraindo capitais europeus e japoneses para seu mercado. Também foram importantes as políticas anti-sindicais e a flexibilização das normas trabalhistas do governo Ronald Reagan, facilitadas pelas mudanças no padrão produtivo, em decorrência da revolução microeletrônica e da automação.

¹ Sociólogo, professor de Economia Política na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília.

Do outro lado do Atlântico, a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher também promoveu mudanças na política econômica, condizentes com os preceitos neoliberais de austeridade fiscal e flexibilização do mercado de trabalho. Quando o modelo soviético ruiu, os partidos social-democratas no centro do sistema ficaram na defensiva e passaram a adotar as linhas gerais do neoliberalismo, com algumas pitadas de conteúdo social. Na periferia, onde a crise da dívida externa (em função da elevação das taxas de juros pelo FED) encerrou o ciclo desenvolvimentista de países como o Brasil, houve um período de acomodação às diretrizes das agências multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, exigindo a adoção da austeridade fiscal e a abertura dos mercados.

Curiosamente, o Brasil viveu uma experiência que foi chamada de “confluência perversa”: no momento em que as forças progressistas em ascensão, após o fim da ditadura, pressionaram a Assembleia Constituinte por uma “Constituição Cidadã”, a eleição de Collor de Mello introduziu o país na rota do neoliberalismo (Dagnino, 2004). Mas seu governo acabou após dois anos, em um processo de *impeachment*, e seu sucessor Itamar Franco se equilibrava entre uma agenda neoliberal e os ecos do antigo desenvolvimentismo, em um típico “governo tampão”. A entrada plena do país no *zeitgeist* do fim de século ocorreu com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, orgulhoso por sair nas fotos de eventos internacionais ao lado do presidente estadunidense Bill Clinton e do primeiro-ministro britânico Tony Blair, os arautos da chamada “Terceira Via”. Enquanto esses dois promoviam a intensificação da globalização e a redução do papel do Estado, abandonando as premissas da economia keynesiana, FHC foi bem-sucedido ao adotar um modelo de combate à inflação que, valorizando a moeda nacional em relação ao dólar e a abertura da economia, acelerou a desindustrialização do país.

Na virada do século, enquanto o modelo neoliberal parecia dar sinais de cansaço, com as crises econômicas da Ásia, Rússia e Brasil (esta última, que impediu a recondução do PSDB no governo federal em 2002), os EUA focaram seus interesses no Oriente Médio, após o ataque às Torres Gêmeas de Nova York. E a China surgiu nos primeiros anos do novo século como a economia mais dinâmica do planeta, indicando a mudança do eixo de acumulação do capitalismo global. Superou os EUA como o principal parceiro econômico do Brasil em 2009, além de estabelecer diversas parcerias comerciais com outros países da América Latina e da África, e de seu entorno no sudeste asiático. Seu papel de “manufatura do mundo” fez com que ocorresse uma forte demanda por *commodities*, elevando seus preços e favorecendo seus principais produtores, como o Brasil.

Uma hipótese levantada por analistas é que, enquanto os EUA olhavam para o Oriente Médio e tentavam se reerguer da grande crise financeira de 2008, os países de sua vizinhança ganharam relativa liberdade no cenário regional e global. Foi um período em que governos de centro-esquerda venceram e conseguiram se reeleger no Brasil, Argentina, Equador, Bolívia, Venezuela, Chile e Uruguai². Também foi um período caracterizado pela ascensão dos países do G-20, grupo mais amplo que o tradicional G-7, e do surgimento do bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Houve um pequeno aumento da participação dos países da periferia em agências multilaterais como Banco Mundial, FMI e OMC. Certamente, um movimento de contestação da hegemonia estadunidense que não passaria muito tempo sem resposta.

A crise da Zona do Euro, em função dos problemas da impagável dívida grega, bem como erros da política econômica entre o final do primeiro mandato de Dilma Rousseff (desonerações fiscais sem contrapartidas) e o início do segundo (forte austeridade com viés recessivo), deram as condições para uma contra-ofensiva de setores alinhados com o capital financeiro globalizado. Mesmo com a expansão do mercado formal de trabalho e do crédito, além de políticas sociais de transferência de renda, os governos Lula/Dilma não foram capazes de reverter a estrutura macroeconômica herdada do período tucano, com taxas de juros Selic elevadas vinculadas a metas de inflação, superávit primário e câmbio relativamente valorizado.

O processo de reprimarização da economia, de queda da participação da indústria manufatureira no PIB, que vinha desde a criação do Real, acentuou-se com a forte demanda das *commodities*. Mas, enquanto essa demanda persistiu, a desindustrialização era compensada pelo saldo favorável da balança comercial, e o crescimento econômico garantia a implementação de políticas sociais (como *Bolsa Família* e *Minha Casa, Minha Vida*) sem profundas mudanças na estrutura macroeconômica. Só que a persistência da crise internacional pós-2008, com a referida turbulência europeia e a queda nas taxas de crescimento chinês, atingiu a demanda por produtos primários e semi-processados. Exatamente em um momento em que o governo de Dilma pretendia forçar uma baixa na taxa de juros (contrariando interesses dos portadores de títulos da dívida pública), e que havia aumentos reais de salário (contraíndo as margens de lucros empresariais), se aproximavam novas eleições³.

² Um debate à época foi feito em Sader (org.), 2008.

³ Um bom texto sobre o período é o de Singer (2015).

Como sabemos, o período de 2013 a 2016 foi marcado por grandes manifestações de rua, o início da operação Lava Jato (que usou um discurso moralista contra a corrupção, mas desestruturou parte importante da economia), a reeleição de Dilma por margem curta de votos e início de novo mandato com uma agenda de austeridade fiscal, que era defendida pelos adversários. Esse conjunto de eventos teve como desenlace a crise política que levou ao seu *impeachment*, mesmo sem crime de responsabilidade comprovado. Mas o afastamento de Dilma e a ascensão de seu vice Michel Temer, com uma agenda explicitamente neoliberal, não resultou em uma pacificação da dinâmica política, pelo contrário.

A eleição de 2018 só pode ser explicada tendo em vista a forma como as estruturas políticas foram abaladas pela conjunção da crise econômica internacional com a descrença nos poderes instituídos. A forma como ocorreu a vitória de Bolsonaro torna claro também as escolhas políticas adotadas no primeiro ano de seu mandato.

2. A radicalização do neoliberalismo na periferia do sistema

É possível notar, olhando em perspectiva temporal mais ampla, que o *impeachment* de Dilma não foi um fato isolado. Antes dele, o presidente esquerdista Fernando Lugo havia passado por algo parecido no Paraguai em 2012; Manuel Zelaya, mesmo não sendo um político típico de esquerda, fora deposto em Honduras em 2009 por contrariar interesses estadunidenses e da elite local; os ataques permanentes à Venezuela de Hugo Chávez e Nicolás Maduro, mesmo sem sucesso, deixaram o país em grave situação econômica; Rafael Correa do Equador, mesmo fazendo seu sucessor, o viu dar uma guinada à direita e depois saiu em exílio do país, com acusações de corrupção bem semelhantes às que foram feitas a outros políticos de esquerda no continente.

A eleição do liberal Mauricio Macri na Argentina em 2014, e os processos judiciais contra a ex-presidente Cristina Kirchner, desde então, deixam claro a reação às tentativas de pautas políticas mais à esquerda no continente. Há também, mas recentemente, o golpe contra Evo Morales na Bolívia e a derrota da Frente Ampla no Uruguai para a direita, em 2019. Mas considerando as eleições de López Obrador no México em 2018 e de Alberto Fernández na Argentina em 2019, além das grandes manifestações populares contra a agenda neoliberal no Equador, no Chile e na Colômbia, seria necessário outro texto para uma análise mais ampla do que ocorre agora no continente.

O que temos no final da segunda década deste século é que o maior país da América do Sul é governado por um político de extrema-direita com agenda francamente neoliberal,

de desmonte do Estado. A junção dessas duas características parecia ter chances mínimas de vitória no início de 2018. O que teria ocorrido? Antes de tudo, é preciso considerar que o programa político neoliberal perdeu todas as eleições nacionais no Brasil desde 2002. Foram quatro vitórias seguidas do PT, mesmo com os naturais desgastes de um período tão longo. O partido que melhor representava o programa neoliberal, o PSDB, não só não colheu os frutos políticos do afastamento de Dilma como, na verdade, definhou nas eleições de 2018. Não foi da economia que surgiram as condições para a ascensão de Bolsonaro.

A agenda do combate à corrupção política, representada pela operação Lava Jato, serviu como forma de combater politicamente a esquerda, pois investigou e puniu apenas políticos desse espectro, como os vazamentos divulgados pelo *site* Intercept Brasil vem tornando público. O protagonismo político de agentes públicos no Ministério Público e no Judiciário, utilizando o Estado para promover suas preferências partidárias, é um tema que ainda será objeto de muitos estudos. Atingiu seu ponto alto ao condenar e prender Lula, em um processo crivado de irregularidades, tirando-o das eleições de 2018, onde aparecia com favorito nas pesquisas.

Mas não foi apenas o PT e a esquerda que sofreram as consequências do moralismo anti-corrupção. O intenso processo de desmoralização da política, que tinha como alvo apenas a esquerda que estava no poder até 2016, atingiu todos os partidos tradicionais, como o citado PSDB e o antigo PMDB, agora MDB. Uma sigla até então insignificante, o PSL, elegeu deputados, senadores, governadores e o presidente da República, a partir de um discurso que misturava ataques aos direitos humanos, às minorias sociais, fanatismo religioso cristão e o já citado mantra do combate à corrupção. Em relação à economia, apareciam apenas generalidades bem ao estilo dos manuais de auto-ajuda, condenando a ineficiência do Estado e a necessidade de favorecer o empreendedorismo. Se tivessem ocorrido debates com o tema da economia no centro do palco, as dificuldades para a direita teriam sido bem maiores, pois teriam que explicar para o eleitor porque diminuir direitos sociais é a saída para a crise.

Mas aí surgiram dois episódios decisivos na corrida eleitoral: um estranho atentado à faca contra Bolsonaro, na véspera do feriado de 7 de setembro, e campanhas anônimas de direcionamento em massa de mensagens de Whatsapp. O atentado, se não teve fatalidade à vida da vítima, lhe rendeu a vantagem de se ausentar de todos os debates na reta final da campanha, quando já despontava como favorito, sem a presença de Lula. E a campanha política nas redes sociais, que levou a uma enxurrada de notícias falsas, intensificou-se no período eleitoral e foi particularmente forte após uma manifestação das mulheres antes do

primeiro turno (chamada #Ele Não!), com montagens de fotos de militantes nuas nas manifestações e outras aberrações.

Confirmada a vitória eleitoral, Bolsonaro começou a publicizar seu real plano de governo, tendo como porta-voz o seu escolhido para ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes: acelerar o desmonte da Constituição de 1988. Se Michel Temer havia iniciado a flexibilização das leis trabalhistas e o congelamento de gastos sociais por 20 anos, Bolsonaro anunciou: “é preciso escolher, direitos ou trabalho”. Um conjunto de flexibilizações na Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) desonerou a folha de pagamentos para os empresários, instituiu modalidades mais abrangentes de trabalho intermitente, reduziu a multa pela rescisão contratual *etc.* O governo Bolsonaro intensifica esses ataques aos direitos do trabalho, ao aprovar uma reforma da Previdência Social que irá inviabilizar para a maioria dos trabalhadores conseguir o benefício integral ou parcialmente. Também ao propor uma carteira de trabalho “Verde e Amarela”, no qual os jovens aceitariam ser contratados sem a maioria dos direitos ainda garantidos na CLT. Há ainda a ideia estapafúrdia de tributar em 7,5% o seguro-desemprego para auxiliar nesse programa.

Enquanto isso, Paulo Guedes procura convencer os congressistas a desvincular as receitas obrigatórias da Saúde e da Educação do orçamento (lembrando, ainda congeladas, desde o governo Temer), colocando-as em uma única rubrica e sem os percentuais mínimos hoje garantidos em lei.

O desmonte do Estado brasileiro não se restringe apenas às políticas sociais. A liberação de percentuais mais elevados de agrotóxicos na agricultura, os ataques às universidades públicas e à ciência, às verbas da Cultura, aos mecanismos de controle ambiental, todo esse conjunto de medidas sugere uma estratégia do capital financeiro globalizado que sustenta tal plataforma. Bolsonaro não era a primeira opção desses setores, mas foi ele quem conseguiu capitanear todo o sentimento antipolítica direcionado às forças de esquerda, que foi capaz de vencer as eleições em que a centro-esquerda ainda mostrava alguma competitividade.

Uma hipótese com a qual muitos pesquisadores vêm trabalhando é a de que a burguesia brasileira, totalmente capturada pela lógica rentista e financeira, optou por rebaixar de forma agressiva os custos com a força de trabalho para competir no mercado global em áreas de baixa tecnologia e baixo valor agregado nos produtos⁴. Como a agroindústria já é altamente mecanizada e a desindustrialização é uma tendência quase consolidada, apenas

⁴ “Trabalhador em liquidação”, por Carlos Drummond. *Carta Capital*. Ano XXV, nº 108, 20 de novembro de 2019, pp. 20-27.

empregos de baixa qualificação e que pagam baixos salários estarão disponíveis. E como o setor público ainda possui em média níveis salariais acima do setor privado (o que pode dificultar as políticas de austeridade que garantem o pagamento dos juros de dívida pública aos rentistas), deve ser encolhido. As propostas de fim da estabilidade do serviço público e o cancelamento por prazo indeterminado de novos concursos públicos vão nessa direção.

Como indicamos acima, esse tipo de plataforma política não conseguiria vencer uma eleição em condições normais de competição eleitoral, porque é redutora de direitos sociais. Temos, então, que o fenômeno que vem sendo chamado nas ciências sociais de “crise da democracia” é, na verdade, a aplicação daquilo que Naomi Klein chamou de *Doutrina do Choque*. Quando ocorrem tragédias naturais, guerras e crises econômicas, instala-se um clima geral de terror no qual são eleitos alguns alvos (grupos ou Estados “terroristas”, corrupção, estrangeiros etc) que devem ser neutralizados por meio de medidas extremas (Klein, 2008). A campanha, em escala global, de desmoralização da vida política e a ascensão de discursos extremistas baseados no ódio, como o que Bolsonaro usou e continua a usar, se encaixam à perfeição nesta tese. Enquanto declara guerra ao politicamente correto, ao “marxismo cultural”, ao “globalismo”, ao ambientalismo e outros fantasmas, o capital garante que a pauta econômica do governo tramite sem traumas no Congresso Nacional, cujos parlamentares são em sua grande maioria seus representantes, financiados por ele.

3. Sumárias conclusões

Como costuma acontecer em teoria política, é difícil prever qual será o futuro do governo Bolsonaro. O presidente e seu entorno parecem apostar no acirramento do embate político, mantendo cativo seu público que gravita entre 15% e 20% da população. A oposição de esquerda e centro-esquerda, mesmo mostrando certa competitividade eleitoral nos últimos anos, parece incapaz em transformar esta preferência eleitoral em mobilização social. No momento em que este ensaio estava sendo escrito, diversas vozes do governo faziam menção a um “novo AI-5”, caso manifestações populares semelhantes às dos nossos vizinhos (Chile, Bolívia, Equador, Colômbia) se repetissem aqui. A imprensa, mesmo incomodada com a retórica autoritária do governo, apoia integralmente a pauta econômica e não avança em possíveis denúncias.

Da mesma forma que Bolsonaro depende da mobilização permanente de sua base para intimidar seus oponentes, tal comportamento pode gerar por outro lado diversas reações imprevisíveis. A negligência com a questão ambiental e a propagação de agrotóxicos podem

custar caro à agricultura brasileira, que poderá sofrer sanções. Manifestações do chamado “centrão” do Congresso Nacional, como as de Rodrigo Maia, ou alguns juízes do Supremo Tribunal Federal, manifestam continuamente a necessidade de respeito às instituições. A saída de Lula da prisão, ainda que aguardando decisões da última instância, pode ter potencial de mobilização, caso ele volte a rodar o país em caravanas. Mas não se pode descartar o recrudescimento do ambiente político, que justificaria medidas de força de parte do Estado brasileiro, não só do Executivo. Em situações desse tipo, apenas ampla mobilização popular pode conter e mesmo fazer refugar os ares autoritários que circulam pelo país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DAGNINO, Evelina. “Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa”. **Revista Política e Sociedade**. Número 5, outubro, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque: A ascensão do capitalismo de desastre**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2008.
- SADER, Emir (org.). **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2008.
- SINGER, André. “Cutucando a onça com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)”. **Novos Estudos Cebrap**, nº 102, julho de 2015.